

Uma importante introdução à lexicografia (e à lexicologia)

BORBA, Francisco da Silva. *Organização de Dicionários: uma introdução à Lexicografia*. São Paulo: Ed. UNESP. 2003. 356 p.

Resenhado por Luiz Claudio Valente Walker de Medeiros*
(UFRJ/CAPES)

Francisco da Silva Borba, com seu *Organização de Dicionários: uma introdução à lexicografia*, oferece aos estudiosos da língua portuguesa, e mais propriamente àqueles que se dedicam à análise sistemática do léxico, uma obra que há muito falta na vasta produção acadêmica da atualidade: um compêndio que discute de maneira abrangente, sistemática e didática, não só a técnica para a confecção de dicionários, mas também a teoria que subjaz a essa técnica. Logo, apesar de constar no subtítulo apenas o termo “lexicografia” (que pode ser entendido como ‘técnica de feitura de dicionários’), o autor trata também da lexicologia (que vem ‘a ser parte da lingüística que estuda o vocábulo quanto ao seu significado, constituição mórfica e variações flexionais, sua classificação formal ou semântica em relação a outros vocábulos da mesma língua, ou comparados com os de outra língua, em perspectiva sincrônica ou diacrônica [Seu objeto é desenvolver as teorias de que os lexicógrafos lançam mão na solução de seus problemas práticos]’)¹.

Cunha (1997, p.320) aponta que, “confrontados com os trabalhos lexicográficos já publicados para o francês, o italiano, o inglês e o alemão, são bastante precários os estudos sobre o vocabulário português” [grifos acrescidos]. Tal constatação não se restringe à lexicografia e à lexicologia sincrônica, já que esse mesmo autor, em outra obra anterior (1986, p. IX), já havia indicado a prematuridade de se publicar um dicionário etimológico da Língua Portuguesa, pois “tantas são as dúvidas que ainda pairam em torno das origens e da história de boa parte de nosso vocabulário”.

Por conta disso, realmente é muito bem-vinda essa abrangente *Organização de Dicionários* de Borba, a qual vem se juntar a uma seleta lista de títulos que têm como objeto de análise o léxico e seu tratamento estatístico e teórico, entre os quais se destacam *Teoria Lingüística: teoria lexical de lingüística computacional*, de Maria Tereza Camargo Biderman (cuja primeira edição é de 1978) e *Estudos de Lexicologia do Português*, de Mario Vilela.

No entanto, *Organização de Dicionários* leva relativa vantagem sobre esses títulos inicialmente por ser mais recente e principalmente por se basear em obras lexicográficas anteriores do mesmo Borba,² a saber: o *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil* e o *Dicionário de Usos do Português do Brasil* (DUP). Portanto, *Organização de Dicionários* é fruto não apenas de mera análise teórica do léxico (o que, por si só, já não é pouca coisa), como também é resultado e consequência de extenso labor prático na produção efetiva de dicionários de naturezas várias, conferindo grande valor de conhecimento de causa à obra. Uma consequência desse conhecimento de causa é a

* claudiowalker@gmail.com

exemplificação clara e abundante que a *Organização de Dicionários* apresenta para todos os conteúdos. Com efeito, não são raras páginas inteiras só de exemplos; assim, não há assunto, tópico ou matéria em que faltem exemplos, o que facilita, em muito, o entendimento e comprova a preocupação didática do autor.³

Aliás, O DUP, obra lexicográfica de cunho contextual – ou seja, um dicionário de uso, que, “partindo de uma descrição sintático-semântica da língua, registra [...] o que está efetivamente em uso neste início do século XXI, e no Brasil” (BORBA, 2003, p. 303) –, tem especial relação com o livro aqui resenhado, por ser a principal fonte de exemplificação e por servir de base para a comparação com outros dois dicionários, o *Novo Dicionário Aurélio Século XXI*, de 1999, e o *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (Michaelis), de 1998, esses dois classificados como dicionários de língua __ ou seja, registram “as possibilidades ou o que pode ter sido usado nestes quase dez séculos de existência do português” (BORBA, 2003, p.303). Uma pena foi o autor não ter podido utilizar nessa comparação o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, já que este foi o último até então publicado no Brasil e o de maiores dimensões, além de ter propostas mais ambiciosas (o *Dicionário Houaiss*, apesar de não estar citado nas referências bibliográficas, é citado em nota de rodapé da página 131, juntamente com outra referência, Morais-Machado – provavelmente dicionário europeu –, também não mencionado nas referências). Mas a comparação feita entre o dicionário contextual e os dicionários de língua se apresenta extremamente proveitosa, já que torna muito claros esses conceitos lexicográficos, e ainda se presta a discorrer sobre as características de cada um. Por exemplo, no que diz respeito à produtividade dos compostos, percebe-se uma discrepância no que se lista no DUP para o que se lista no Michaelis. Mais especificamente, na página 25, informa-se que o Michaelis lista 96 entradas de compostos iniciados por *porta-*, enquanto o DUP não lista mais de 28, três das quais não constando no Michaelis.

Por esse pequeno exemplo, consegue-se perceber claramente que um dicionário de uso tem natureza distinta da de um dicionário de língua. Mas o que é mais relevante em *Organização de Dicionários* é que essa distinção não serve apenas para desconceituar esse e elogiar aquele, mas sim para discorrer a respeito da teoria rígida que se deve seguir para a elaboração de um dicionário, não importando a sua natureza. Dessa maneira, pode-se notar que *Organização de Dicionários* é muito mais do que uma grande introdução ao DUP, como alguns críticos ou desavisados poderiam crer, mas uma obra de profunda consideração a respeito da lexicografia e da lexicologia. Obviamente, o autor da obra aqui resenhada não se furtou em fazer referências ao DUP, por ser seu trabalho anterior de maior dimensão, mas essa constante referenciação se presta apenas para confirmar a excelência teórica de *Organização de Dicionários*.

No que diz respeito ao conteúdo, ele está todo lá: desde intenções (nas quais explica o que entende por lexicografia, dicionário etc.) e conceitos operatórios gerais (nos quais trata do entendimento de *palavra*, *vocábulo*, *significado*, *significação*, *lexia* etc.) até a montagem de dicionários (em que distingue e relaciona dicionário, gramática e texto etc.) passando pela descrição das palavras lexicais e das gramaticais, pela alteração semântica, entre outros, o autor não se furta a analisar nenhum tópico de maneira profunda e clara.

Porém, em certos momentos, sente-se que alguns pressupostos carecem de melhor explicação. É o que ocorre, por exemplo, com a definição de *forma livre mínima*, na página 17: “forma que não admite subdivisões em outras formas mínimas”. Ora, se não é explicado o que se entende por *forma livre*, o entendimento de *forma livre mínima* não fica completo.

Pode-se advogar que esse conhecimento é um pressuposto teórico, mas não parece ser o caso, por que então não haveria motivo para discorrer a respeito do conceito de “forma livre mínima”, que deveria também, então, ser pressuposto. Realmente, é imprescindível a explicação de que forma livre é aquela que, por si só, vale como comunicação. Assim, a extensão de uma forma livre é muito variável: ficando apenas no âmbito da gramática, ela vai desde um período composto até uma palavra nocional (substantivo, adjetivo, verbo e advérbio) e algumas preposições (como quer o próprio autor em explicação no 1º § da p.100).

Outro conceito não muito bem explicado é o de “atualizador léxico” (p.100, 4º §), que pode acabar sendo interpretado como vogal temática nominal ou como sufixo de gênero. No exemplo do autor, analisa-se a forma livre mínima “vendeiro”, cujo resultado é o seguinte: vend- + -eir- + -o. É esse último elemento -o que é denominado “atualizador léxico”; mas a interpretação desse elemento não é assente na tradição dos estudos gramaticais do português: há autores que o interpretam como sufixo de gênero masculino, enquanto outros o querem como vogal temática (cf. CÂMARA JR., 1984, p.87-88, BECHARA, 1999, p.337, KEHDI, 1990, p.30-31; LAROCA, 1994, p.44 e 48). Portanto, não é possível subentender do texto de maneira clara o que BORBA entende por “atualizador léxico”.

Há ainda um último caso, menos grave do que os anteriores, que diz respeito ao entendimento de subclasse. Esse termo é citado, por exemplo, nas páginas 71, 1º § (onde se trata da classe dos nomes) e 167 (onde se trata da sinonímia e da polissemia). Mas só vem a ser explicado na p. 185. Mesmo havendo explicação para o conceito de subclasse, ela vem apenas (muito) depois de o termo já ter sido utilizado no texto, o que pode acabar gerando alguma dificuldade na leitura. Mesmo assim, a explicação lá está, e qualquer dúvida, basta ir ao próprio texto. Mas, obviamente, seria interessante, por motivos didáticos, referir-se a esse conteúdo no capítulo “Conceitos operacionais básicos”, ou em outro que valha. Uma outra solução possível, talvez até mesmo mais interessante, é a confecção de um índice de assuntos ao final do livro, no qual os assuntos são listados alfabeticamente, seguidos de *todas* as páginas em que aparecem. A página na qual se encontra a definição do termo aparece com algum sinal ou formatação diferente da fonte (o negrito, p.ex.), o que facilita a procura pelo conceito em si. Um índice dessa natureza parece necessário nessa obra não só pela facilidade que gera, mas exatamente por ser a lexicografia o tema desse livro.

Um assunto muito bem resolvido nesse livro, que sempre levanta dúvidas e questionamentos, é o da diferença entre polissemia e homonímia (p.161 e segs.). Aqui, fica claro que o fato de BORBA já ser autor de obras lexicográficas realmente lhe confere um excelente amadurecimento sobre questões primordiais para a elaboração de dicionários. Uma leitura nesse tópico e esses conceitos, bem como as especificações de cada um deles, são totalmente entendidos. Além disso, o autor extrapola o campo especulativo teórico, e apresenta soluções bastante coerentes para o tratamento de termos polissêmicos/homônimos em dicionários. Resumidamente, o autor lança mão de um critério semântico e sincrônico: se se trata de um termo polissêmico (ou seja, que guarde entre as diversas acepções algum traço semântico em comum), a entrada é única, e as acepções vêm numeradas, o que caracteriza uma busca horizontal. Já se se trata de termos homônimos (ou seja, identidade de nomes, mas sem nenhuma relação semântica), cada um constitui entrada autônoma na nomenclatura, configurando-se uma busca vertical.⁴ Exemplos do próprio autor: venda¹ ‘cessão de posse mediante preço estipulado’ e venda² ‘tira de pano para cobrir os olhos’.

O único porém da teoria desenvolvida nesse tópico polissemia homonímia é que aqui também se exigem do leitor alguns conhecimentos prévios, como traços sêmicos e de signo lingüístico (a união convencional e arbitrária de um significado a um significante).

Percebe-se com muita clareza que o que parece ser o problema desse livro são os pressupostos que ele toma de seus leitores. Mas, se se entende que o público-alvo dessa publicação são profissionais de letras interessados na lexicografia e na lexicologia, esse problema deixa de existir, já que todos os conteúdos que se verificou não terem sido explicados completamente são pontos fundamentais de qualquer curso universitário sério. Assim, o autor não incorre realmente em grave deslize, já que a pressuposição de conhecimentos por parte de seus leitores não está inadequada. Aliás, o não-entendimento de algum conteúdo deve antes servir, aos leitores, de motivação para o aprofundamento nesses conceitos, por se tratarem de temas fundamentais da teoria lexical e morfológica.

Como se pode perceber na distinção polissemia homonímia, o autor é muito didático em suas explicações, e suas idéias são facilmente assimiladas pois seu texto é muito claro. Ele poderia apenas ter se preocupado um pouco mais com a estrutura formal do texto, que se, em alguns momentos, apresentasse um maior número de sub-tópicos, resultaria em uma leitura mais agradável. Um bom exemplo disso diz respeito o tópico 4.3, denominado “O Uso”, que se inicia na página 126 e vai, de um só fôlego, até a página 138. Ora, esse tópico poderia apresentar subdivisões: formal (p.129, último parágrafo) e informal (1ª§ p.131). Mesmo esses sub-tópicos poderiam apresentar divisões: no formal destacam-se nitidamente o tecnicismo e o literário, e no informal, a gíria, o coloquial e o familiar.⁵ Uma divisão dessa natureza com certeza ajuda no direcionamento da leitura, uma vez que dá indícios precisos ao leitor da localização e da dimensão de cada assunto tratado.

Problema análogo ao anterior é o da estruturação dos parágrafos, que são em geral muito extensos: não são raras páginas inteiras sem quebra de parágrafos. Em alguns casos, há claramente que um parágrafo enorme contém mais de uma idéia central, e poderia facilmente ser dividido em dois ou três menores, fazendo com que cada idéia central forme uma só unidade textual. Por exemplo, logo no alto da página 191 inicia-se um parágrafo no qual percebem-se claramente três ou mesmo quatro núcleos textuais: 1) conjunto concreto, humano; 2) conjunto humano, masculino/feminino; 3) conjunto animado passando a animado; e 4) conjunto animado passando a animado (em todo caso, esses dois últimos poderiam constituir um só parágrafo). Por esse exemplo, nota-se que há muitos parágrafos de dimensões maiores do que o necessário, o que torna a leitura um pouco mais cansativa.⁶

A solução desse problema, no entanto, não passa necessariamente pelo autor, podendo ser perfeitamente resolvido por uma boa revisão de texto. Outro equívoco que a revisão deixou passar diz respeito ao sumário, que apresenta a paginação incorreta: lá é informado que o tópico 2.4, por exemplo, inicia-se na página 76, quando, na verdade, está na 122.

Também salta aos olhos a falta de uma revisão mais atenciosa no corpo do texto, no que diz respeito à uniformização: verbetes usados como exemplo por vezes vêm com as acepções numeradas em arábicos (p.163), por vezes numeradas em romanos (p.169), por vezes numeradas com sublinha (p.162), por vezes numeradas sem sublinha (p.163); essas mesmas acepções podem vir em itálico (p.163), por vezes em redondo (p.110); verboete usado como exemplo por vezes vem sublinhado (p.164, venda¹), por vezes sem sublinha (p.164, venda²).⁷

Fica muito claro que os problemas que existem nessa obra (e qual livro não os apresenta?) são em geral de natureza formal; o conteúdo que o autor se propõe a analisar é muito bem resolvido, e apresentado com preocupação didática. Conceitos fundamentais para a lexicografia e a lexicologia (e mesmo alguns tópicos interessantes para a teoria lexical) são discutidos de forma abrangente e completa. Além disso, a teoria e a prática no tratamento do léxico são abordadas de maneira singularmente feliz, reforçando o didatismo que permeia a obra como um todo.

Notas

- ¹ Definições retiradas do *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*.
- ² Além de a obra de Vilela ser de Portugal, o que dificulta sua consulta para os brasileiros.
- ³ Em alguns momentos, no entanto, a exemplificação é por demais extensa: pegue, nas pp.162 e segs., o exemplo selecionado para polissemia, *campo*, que contém não menos do que 21 acepções, divididas em dois traços semânticos (espaço e extensão) e em acepções concretas abstratas. O autor, com certeza, conseguiria selecionar exemplo menos extenso, tornando a leitura um pouco mais calma.
- ⁴ O autor também aprecia, alhures, os critérios que devem nortear a numeração das acepções de termos polissêmicos e a dos índices de termos homônimos. Os critérios estabelecidos para dicionários de uso são distintos dos para dicionários de língua.
- ⁵ Essa divisão é meramente exemplificativa, e o tópico 4.3 aqui analisado pode perfeitamente apresentar outras subdivisões. O que importa salientar é a necessidade de algum direcionamento da leitura por subtítulos mais constantes.
- ⁶ A grande extensão de alguns exemplos, já comentado em nota anterior, também colabora para o aumento desnecessário de alguns parágrafos. Alguns exemplos poderiam vir destacados em parágrafos autônomos, quando realmente necessários em grandes dimensões.
- ⁷ Realmente, uma revisão que leve em conta toda essa riqueza de formatação é muito complicada e demanda muito tempo, necessitando de uma elaboração prévia da maneira como cada elemento desse será formatado. Além disso, merece destaque o fato de não se ter encontrado erros ortográficos e de digitação, comuns em primeiras edições.

Referências Bibliográficas

- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. 669p.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria Lingüística: teoria lexical de lingüística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 356p.
- CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984. 124p.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 962p.
- _____. O Vocabulário Português: perspectivas para a realização de estudos lexicológicos e de trabalhos lexicográficos nos países de Língua Portuguesa. In: PEREIRA, M. T. G. (Org.) *Língua e Linguagem em Questão*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997. p.319-330.
- KEHDI, W. *Morfemas do Português*. São Paulo: Ática, 1990. 76p.
- LAROCA, M. N. de C. *Manual de Morfologia do Português*. Campinas: Pontes; Juiz de Fora: UFJF, 1994. 99p.
- VILELA, M. *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Almedina, 1994. 206p.